

COMITÊ DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ata da 39ª reunião ordinária, realizada em 14 de abril de 2015

Em 14 de abril de 2015, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu sua 39ª reunião ordinária, realizada na Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz – UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP, às 09:30 h.

A Pauta prevista foi a seguinte:

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 38ª reunião ordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2015
- Informe sobre a realização dos "Colóquios Sul Americanos", por Reinaldo de Freitas, Coordenador de Assuntos Metropolitanos da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas da PMSP
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação acerca do “Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA”, pela Bióloga Alice Maria Calado Melges, do Departamento de Gestão Descentralizada da SVMA e Coordenadora Técnica do Grupo de Trabalho Intersecretarial para a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica.
- Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

A reunião foi aberta pela Secretária Executiva do Comitê, **Laura Ceneviva**, que passou a palavra a **Wanderley Meira do Nascimento**, Secretário do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do Comitê.

Wanderley Meira do Nascimento apontou a relevância da elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica, na pauta do dia, que tem gerado outras iniciativas, como a de Parati e de Angra dos Reis. Lembrou, ainda, o trabalho realizado para a Área de Proteção Ambiental Tamoios. Informou que esteve com a Ministra do Meio Ambiente, Isabela Teixeira, e recomendou a ela que fosse elaborado um novo marco regulatório, o da política nacional de arborização urbana. Vai buscar outros aliados, como a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA e SOS Mata Atlântica.

Laura Ceneviva propôs uma alteração dos pontos de pauta, o que foi aceito, e chamou a bióloga **Alice Maria Callado Melgis**, do DEPAVE, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, coordenadora do Grupo de Trabalho Intersecretarial que está realizando a elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

Alice Maria Callado Melgis informou que o grupo que está elaborando o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica é composto por representantes de SVMA, SMDU e SMSP (Portaria Intersecretarial SVMA/SMDU/SMSP 001/2015). O CADES também tem uma comissão especial montada sobre este assunto. Ele será um instrumento de política pública ambiental, que tem como missão buscar o equilíbrio entre as mais diversas políticas públicas. Será um instrumento de planejamento que incidirá especialmente no ordenamento territorial. Apontou a necessidade de estratégias distintas, pois há uma grande variedade entre as áreas do município, desde áreas de floresta, até as porções remanescentes dentro da área urbanizada. A cobertura vegetal está intrinsecamente ligada às condições de habitabilidade do nosso município e está relacionada à melhoria da qualidade do ar, ao equilíbrio da temperatura, amenização das ilhas de calor na metrópole, minimização e controle de enchentes, abastecimento de água para consumo, as possibilidades de lazer e sua dimensão cultural e de apropriação, de identidade com a população, recreação, controle de erosões, manutenção da polinização, que implica a questão de segurança alimentar, controle de pragas, e manutenção de recursos naturais da biodiversidade. Informou que o trabalho está sendo realizado em parceria com o SOS Mata Atlântica, que tem um programa de elaboração de planos municipais da mata atlântica. O trabalho está sendo feito em modo participativo e, no momento, estão sendo realizadas oficinas em várias regiões do Município, de modo a subsidiar a elaboração do diagnóstico. A outra etapa participativa será com técnicos convidados. Após a fase de diagnóstico, será elaborado o plano de ação e as recomendações. O Plano, uma vez terminado, será apresentado ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES para aprovação e posterior envio como recomendação para o Executivo municipal. Nosso trabalho é conduzido nos termos do Plano Diretor, mas há muitos outros planos que estamos procurando articular, como a lei de parcelamento uso e ocupação do solo, que agora está em um momento de revisão, o plano de bacia hidrográfica do Alto Tietê, a política setorial de saneamento, de redução de riscos, a política de educação ambiental, plano nacional de agroecologia. Também se considera os Planos de Manejo das Unidades de Conservação que existem no município, sejam elas as municipais ou as estaduais, os parques naturais na zona Sul, as áreas de proteção ambiental na zona Sul, Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Estadual do Jaraguá, da Cantareira. Focamos muito na questão do zoneamento e a zona de amortecimento das unidades de conservação. Como outros programas, há aqueles afetos ao turismo sustentável, o programa de RPPNs municipais, o Programa Ambientes

Verdes Saudáveis – PAVS, que têm uma relação já, entre meio ambiente e saúde, os programas relacionados à fiscalização ambiental, quando já se adentra na questão das ameaças. Agricultura e agroecologia. Enfim, a gente faz um apanhado dos programas, de uma série de diagnósticos e planos de ação que já foram produzidos. A ideia é que o grupo converse com esse material o tempo todo para, depois, poder usar o plano municipal da Mata Atlântica, na verdade, como um documento que consiga sistematizar os outros documentos, a ideia é que ele seja um documento-base. Com isso ele não apenas facilitará a sua implementação, mas também conversará com outras iniciativas, favorecendo também sua adaptação com o decurso do tempo.

Belloyanis Monteiro, da SOS Mata Atlântica, apontou a dedicação do grupo de trabalho para as atividades desenvolvidas. Informou que deverá falar sobre o Plano da Mata Atlântica no seminário sobre arborização que será realizado no próximo dia 16. Comentou que esteve com a Vice-Prefeita e que recomendou que fossem feitas apresentações nas Subprefeituras, para ampliar a divulgação da elaboração em curso, de modo a consolidar o Plano como uma política pública e não apenas uma política de governo.

Wanderley Meira do Nascimento, Secretário do Verde e do Meio Ambiente, fez uma retrospectiva de seu tempo na SVMA e disse que sentir que ela voltava a pulsar. Referiu comentário do Vereador Ricardo Young, que sequer da base aliada é, que disse que nunca tinha visto a Secretaria do Verde tão participativa nos diversos comitês, Conselhos, etc.. Significa que a Secretaria volta a cumprir seu papel. Ainda que de forma, ainda, talvez, não o suficiente, claro, pelas condições que ela ainda se encontra, e pelas condições pelas quais os nossos governos também encaram. Não só o governo municipal, o estadual, no âmbito federal. Todos os entes federados não têm a compreensão e a importância do meio ambiente. Infelizmente. Agora, é papel nosso também, essa luta diuturna. Não só da questão dos recursos, mas de você também criar oportunidades e condições para que a gente se coloque cada vez mais presente. Disse ser favorável à participação das ONGs junto à administração pública, referindo a SOS Mata Atlântica e as atividades em Angra dos Reis e Parati. Chamou a atenção do processo educacional atual, que não leva os alunos para o trabalho. Pelo menos para que se consiga alguma coisa no âmbito das disciplinas voltadas para o meio ambiente. Seja biologia, oceanografia, enfim, engenharia ambiental. Que se faça um grande esforço junto às universidades para que esses meninos, esses alunos participem, e participem diretamente dos serviços ambientais. Para que se abram as portas. A Secretaria tem excelentes técnicos, tem um histórico no passado de pessoas, também, que dirigiram de forma muito interessante. E que deixaram aqui suas marcas, sem exceção. Eu acho que todos que de alguma maneira trabalharam nessa linha, que a gente não pode deixar a peteca cair. A gente vai ter que, no mínimo, ser melhor do que os que aqui passaram. Não para fazer disputa de ego, mas para melhorar cada vez mais a nossa cidade, e a condição de vida e as áreas verdes nossas, da cidade de São Paulo, que com certeza, nós vamos melhorar bastante. Outro desafio é a questão das árvores que caem. São 16 mil árvores que caem anualmente na cidade de São Paulo. Esses dias eu estava fazendo uma conta, junto com uma pessoa do ramo madeireiro. Não existe nenhuma madeireira na cidade de São Paulo que tem esse metro cúbico por ano, aqui. Nem aqui nem na Grande São Paulo. Nós temos que achar uma forma também de sustentabilidade para esse serviço. Eu acho que a gente pode fazer uma analogia com a

floresta. É uma floresta urbana, passível de ser explorada no bom sentido. E que essa exploração traga resultado para a cidade, que pode ser na forma de plantio, pode ser na forma de manejo, pode ser uma série de outros serviços que possam dar essa sustentabilidade. Então fica aí também esse desafio, que eu tenho certeza que as ONGs, que a iniciativa privada, com certeza, no momento adequado, nós vamos discutir para achar, de forma conjunta, uma solução para São Paulo. O Secretário precisou se retirar, por compromisso no Tribunal de Contas do Município.

Patrícia Marra Sepe, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, complementou a resposta ao questionamento acerca da ligação do Plano da Mata Atlântica com o de serviços ambientais. Disse que resolveram começar pelo Plano da Mata Atlântica porque ela é o bioma no qual estamos inseridos. A partir dele virão os outros, bem como a reflexão sobre a sua efetiva implementação. O Plano de Serviços Ambientais é pré requisito para o lançamento do edital de pagamento de serviços ambientais, sendo que há dinheiro no FEMA para isso, e São Paulo tem toda a condição de ser o maior programa de pagamento de serviços ambientais do Brasil, do ponto de vista teórico, até de recursos orçamentários.

Érica Ferraz de Campos, representante do CBCS, Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, perguntou se nesses próximos planos vão ser pensados cenários de qual é o potencial, tanto em expandir áreas, criar novas áreas de conservação da Mata Atlântica, se existe um estudo que mostre esse potencial, e demonstre como essas áreas colaboram para a questão de mudanças climáticas na cidade de São Paulo, para a incorporação de carbono.

Alice Maria Callado Melgis respondeu que não há base de cálculo para poder, de fato, mensurar, em termos numéricos, o seqüestro de carbono. E se esse é um estudo que se considera importante, isso pode, eventualmente, entrar no Plano de Ação um apontamento específico de que trabalhos de pesquisa poderiam ser feitos. Informou, após pergunta acerca do plano de ação, que esta fase começará em junho próximo.

Tânia Ferreira representante da Secretaria de Estado da Energia, lembrou que o Governo do Estado já tem uma política estadual de mudanças climáticas que estabelece algumas metas, com referencial de 2005, inclusive para emissão de carbono. A Secretaria de Energia lançou o Plano Paulista de Energia, que também já contempla essas emissões, com cálculos já feitos. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado também tem vários trabalhos acerca de emissões de carbono, entre outras várias atividades. Então suscitou a hipótese de trazer para a discussão a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, Secretaria de Energia, e talvez algumas outras que pudessem agregar alguns trabalhos que já têm feitos.

Patrícia Marra Sepe acrescentou algumas informações acerca da questão do sequestro de carbono. Ela e Laura têm a experiência dos dois inventários de emissão de gás de efeito estufa. No primeiro inventário, realizado entre 2003 e 2005, houve a consultoria da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com os professores Carolina Dubeux, e o Emílio La Rovere, discutiu-se a capacidade de sequestro de florestas urbanas, de plantio, etc., mas foi ponderado de que não seria muito representativo, do ponto de vista do sequestro, tendo em vista o universo de emissão. Então, em um primeiro momento, naquela época, florestas urbanas sequestrariam muito pouco e nem

foi feita essa discussão no nosso inventário. Agora, no segundo inventário, feito pela metodologia IPCC, havia muito poucos dados acerca de sequestro por florestas tropicais, pois toda a base teórica do IPCC é com florestas temperadas. No segundo inventário, feito entre 2011 e 2013, essa discussão também voltou a aparecer, refletindo-se em um setor que é mudança no uso do solo. Na forma em que é quantificado pelo IPCC, é bastante pouco significativa, comparado com os outros dois setores. Além disso, estamos em um momento bastante difícil do mercado de carbono. Se houver um mercado voluntário de carbono, por que São Paulo não poderia oferecer áreas particulares para fazer compensação de reservas legais, de plantio, são as áreas prestadoras. Mas, pelo menos do ponto de vista do inventário, a ampliação ou redução de áreas que foram desmatadas ou vegetadas é, numericamente, pouco significativa do ponto de vista do total de emissões.

Laura Ceneviva agradeceu Alice Maria Callado Melgis, e retomou a Pauta. Perguntou se alguém tinha algum reparo a fazer na Ata do dia 10 de março de 2015 e, não havendo reparos, a Ata foi considerada aprovada. A seguir, passou para o ponto de pauta subsequente, informe sobre os “Colóquios Sul Americanos”, que não poderá ser feito por Reinaldo de Freitas, Coordenador de Assuntos Metropolitanos da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas da PMSP, pois surgiu um problema de última hora e ele não poderá comparecer. Assim, como Laura estava envolvida no assunto, fez o informe. Lembrou que em outubro de 2016, em Quito, será realizada Habitat, a conferência da Organização das Nações Unidas para discutir as cidades. A Organização das Nações Unidas pediu a seus escritórios regionais, no caso, ao CEPAL que é a Comissão Econômica da ONU para a América Latina, que tem sede em Santiago do Chile, a responsabilidade de coletar da América Latina, as referências e as contribuições para discussão em Habitat. Discussão essa que vai ser uma discussão dos governos nacionais, já que a ONU é uma organização de governos nacionais. E a questão das cidades é uma questão essencialmente vivida pelos governos locais, embora não apenas por eles. Então a ONU já incorporou no processo formal de realização de Habitat, esses quatro Colóquios que serão realizados entre as cidades da América Latina, que estão sendo promovidos pelo CEPAL e pela PMSP. A preocupação desses Colóquios é o compartilhamento de visões dos problemas, eventualmente a explicitação de consensos, mas principalmente, é claro, o compartilhamento de visões. Para que seja possível a maior conjugação de esforços, para resolução deles. São quatro Colóquios divididos em quatro temas. O primeiro deles que é agora em 27, 28 de abril, a ser realizado em Santiago do Chile, vai ser Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade. E nós colaboramos na produção dos documentos-base das discussões, que vão ser submetidos nos Colóquios. Tais documentos serão distribuídos a todos, previamente, para colaborar e apoiar a discussão. Então o papel que a gente está desempenhando, é um papel muito relevante, porque vamos pautando a discussão. A nossa cidade, ela tem características que a gente tem quase tudo que é tipo de problema aqui. Então nós ajudamos o CEPAL, que é uma organização que trabalha com governos nacionais, na percepção daquilo que são os problemas locais. O Colóquio subsequente será o Desenvolvimento Urbano, e Desigualdades Socioespaciais, que vai ser realizado aqui em São Paulo, em 15 e 16 de junho. Depois o outro é Economia Urbana, Trabalho, Renda e Desenvolvimento Sustentável, que vai ser em Quito, no Equador, em agosto. E o último vai ser Governo e Governança, Cidadania, Educação e Cultura, que vai ser em 28 e 29 de setembro, em Montevideu, na sede do Mercosul. Nós estamos participando

da elaboração dos documentos-base de todos esses quatro eixos. Ao final desta rodada de discussões, serão tiradas as posições dos governos locais, que serão levadas para os governos nacionais, os quais são aqueles que ao final, terão assento em Habitat. Peço a colaboração na divulgação destas informações, destas circunstâncias de debate preparatório para Habitat, e desde já, me coloco à disposição para eventualmente, até informar melhor aquilo que, neste informe, não tenha sido abordado. Existe um documento que relata e aponta essas informações que eu apresentei, e aí, de posse dele, os senhores podem, não só se informar melhor, mas também peço para que mandem para outros eventuais interessados.

Aparecido Viana Rodrigues, membro do CADES Jaçanã, apontou que sempre estiveram preocupados com a preservação, particularmente com a do cinturão verde da Cantareira. Chamou a atenção para as ocupações irregulares, que ameaçam a preservação.

Laura Ceneviva, perguntou se alguém ainda gostaria de se manifestar e, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- Marcelo Cesar Betcher / **Secretaria Municipal de Educação - SME**
- Tânia Ferreira / **Secretaria Estadual de Energia**
- Patricia Marra Sepe / **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU**

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES POR REPRESENTAÇÃO

- Susete Taborda, representando Marco Antonio Biasi / **Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB**
- Flávia Regina Marques Castelhana representando Leonardo Osvaldo Barchini Rosa/ **Secretaria Mun. de Relações Internacionais e Federativas – SMRIF**
- Mariana P. Carriles representando Lilian Sarrouf / **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON SP**

OUTROS INTERESSADOS PRESENTES

- Pricila F.Rocha / **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP**
- Fábio Pedó / **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente –SVMA / Decont 21**
- Estela Bonini / **Secretaria Municipal de Saúde – SMS/ COVISA**
- Maria do Carmo G. Wiik / **Faculdade de Saúde Pública USP**
- Monica Masumi Hosada / **Secretaria Municipal de Saúde - SMS / COVISA**
- Fernando Paremi / **Associação Nacional de Petróleo – ANP**
- José Ramos de Carvalho / **Rede Nossa São Paulo /GT Meio Ambiente**
- Estela Bonini / **Secretaria Municipal de Saúde – SMS / Covisa**
- Ivan Souza Moraes / **Rede Nossa São Paulo /GT Meio Ambiente**
- Vicente Petrocelli / **Secretaria Municipal de Transporte / CET**

- Aparecido V. Rodrigues / **CADES Jaçanã Tremembé**
- Belloyanis Monteiro / **SOS Mata Atlântica**

Wanderley Meira do Nascimento

Presidente do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo